



UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO EM CAROLINA MARIA DE JESUS¹

Dayane Assis Nascimento¹
Elisângela Da Silva Santos²

¹Universidade Federal de Goiás/Jataí/ dayanedanfab@gmail.com

²Universidade Federal de Goiás/Jataí/ licass20@yahoo.com.br

Resumo:

Esse trabalho é resultado parcial de pesquisa, e tem como objetivo focar a infância e a educação na obra da escritora Carolina Maria de Jesus. A autora faz parte da chamada literatura periférica, ou marginal, movimento que surgiu no Brasil a partir dos anos de 1960, e pode ser considerado mais do que um estilo ou gênero literário, pois é uma literatura que denuncia a pobreza e a violência que grande parte da população brasileira vive, por isso, mais do que um gênero ou estilo, pode ser considerada também como um dado sócio histórico. Carolina Maria de Jesus tratou em seu livro *Quarto de despejo* de diversos temas que denunciam a estrutura social brasileira, dentre esses temas, nos interessa analisar especificamente sua visão sobre a infância e a educação presentes. Para tanto, utilizaremos como recurso metodológico as análises da chamada sociologia da literatura, bem como a produção nas áreas da Sociologia da educação e da Infância e da Antropologia da Criança.

Palavras-chave: Infâncias. Educação. Literatura Marginal.

Introdução

Com o objetivo de analisar os diferentes meios e processos em que ocorrem as distintas formas de educação e infância, buscamos perceber como essas duas esferas são vistas e representadas na obra *Quarto de despejo*, publicada em 1960, da autora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Para tanto, buscamos focar alguns aspectos do contexto sócio histórico da autora, aspectos estes filtrados a partir dos elementos da obra.

Utilizamos como metodologia a análise de Antonio Candido, realizada em *Literatura e Sociedade* (2006), quando o autor afirma que o valor e o significado da obra não estão unicamente na representação que a mesma faz da realidade e nem na máxima valorização da forma em si, desconsiderando o externo, mas, que para uma compreensão eficaz é necessário fundir texto e contexto, pretendemos investigar como são representados temas como educação e infância na obra da autora mencionada acima.

¹ Financiamento: Pibic/Ufg

Além disso, nos pautamos também nos estudos sobre a chamada Sociologia da Infância e da educação, que busca atualizar alguns preceitos consolidados pela sociologia clássica de Émile Durkheim (1858-1917), um dos principais expoentes da Sociologia da Educação. Ao observarmos a definição do conceito de educação dado pelo autor, percebe-se que a criança não teria um papel ativo na sociedade, via essa fase da vida como “tábula rasa” e somente receberia o legado das gerações mais velhas.

Os estudos da sociologia da infância realizados por alguns autores, como por exemplo, Abramowicz, Sarmento, Sirota, Corsaro, Muller, etc., procuram romper com esta visão cunhada por Durkheim, onde a criança é vista como um ser passível, incapaz de produzir cultura, como se a única forma possível da criança se humanizar fosse pela transmissão de conhecimentos, seja pela escola, ou pela família.

Essa nova forma de olhar para a criança, procurando compreender como ela pode adquirir conhecimento, se socializar, se humanizar, procura romper com a visão da criança escolarizada, apenas, e enfatiza a pluralidade das formas de compreensão sobre o tema.

Apresentando a autora:

Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais, na cidade de Sacramento, filha de pais analfabetos, foi escritora, lavradora, romancista, poetisa, cozinheira, empregada doméstica, sambista, catadora de papel e material reciclável, chegou em São Paulo no ano de 1947, viveu na favela do Canindé durante 13 anos. Foi mãe de três filhos: João José, José Carlos e Vera Eunice.

Embora Carolina tenha frequentado a escola apenas até o segundo ano do primário, aprendeu a ler e a escrever, desenvolveu e cultivou o gosto pela leitura e o hábito de escrever, escrevia sobre seu dia-a-dia, numa espécie de diário, onde denunciava a realidade e as condições de vida na favela. Seus escritos revelam grande sensibilidade e talento para denunciar as condições adversas e injustiças sob as quais vivia. Estudos desenvolvidos pela pesquisadora Elena Pájaro Peres (2015), nos possibilita afirmar que, o primeiro ponto de formação da autora foi o seu avô, sendo que o mesmo tinha uma posição moral muito severa, severidade essa de origem na cultura afro-cristã; um segundo ponto de formação para Carolina foi o oficial de justiça Manoel Nogueira, que em todas as tardes, em frente uma farmácia em Sacramento, lia para os negros que não podiam ou que não sabiam ler, suas leituras variavam entre os jornais da época que traziam notícias da Segunda Guerra Mundial, os pensamentos de Rui Barbosa (1849-1923), de José do Patrocínio (1853-1905) e os poemas

de Castro Alves (1847-1871), “foi com ele que Carolina começou a exercitar seu pensamento crítico” afirma Peres (2015); um terceiro ponto foi os dois anos que ela passou no Colégio Allan Kardec onde aprendeu a ler e então passou a ler tudo que podia. Leituras de Luís de Camões (1524-1580) e folhetins fizeram com que ela tomasse gosto pela literatura.

No ano de 1958 o jornalista Audálio Dantas, então repórter da Folha da Noite, foi encarregado de ir até a favela do Canindé, em São Paulo, onde Carolina morava, para fazer uma reportagem sobre um parque infantil da prefeitura, quando chegou ao local se deparou com uma gritaria motivada por adultos. Segundo conta Dantas, no prefácio de *Quarto de despejo*, Carolina chega ao local mostrando que “tinha o que dizer”, e se aproximou gritando: “Onde já se viu uma coisa dessas, uns homens grandes tomando brinquedo de criança! Deixe estar que eu vou botar vocês todos no meu livro!”. O jornalista se interessou, e foi até o seu barraco, onde se surpreendeu com aproximadamente vinte cadernos encardidos, escritos com letras grandes. Pediu para levar alguns exemplares para casa e se encantou com a leitura.

Após Carolina ser encontrada pelo jornalista Audálio Dantas, sua vida muda completamente, pois, seus escritos, que para ela significava apenas relatos pessoais, foram vistos pelo jornalista como uma narrativa, que de forma singular denunciava o sofrimento do homem relegado à condição mais desesperada e desumana de vida.

Seus cadernos foram organizados por Dantas em um só livro, sob o título *Quarto de despejo*. Em 1960 foi publicado, sendo que nos três primeiros dias após a publicação foram vendidos dez mil exemplares, esta obra teve uma enorme repercussão, foi traduzida em aproximadamente quatorze idiomas e foi distribuída em 40 países. Além deste, Carolina escreveu outros quatro livros: *Casa de alvenaria* (1961), *Pedaços da fome* (1963), *Provérbios* (1963) e *Diário de Bitita* (1982).

No que diz respeito às características do diário da Carolina, é possível observar durante toda a narrativa críticas e reflexões sensíveis. Todo o texto é como se fosse um “espelho” através do qual a autora olha a si mesma e, também, as pessoas que dividem com ela seu espaço. Fica evidente através da leitura do livro que ela tem uma imensa preocupação com a sociedade e com a política. Sem artifícios ou fantasias ela relata o duro cotidiano do favelado, como afirma Audálio Dantas no prefácio do livro:

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela. (DANTAS, 1993, p. 3).

Características do contexto sócio histórico de *O Quarto do Despejo*:

Durante o período em que a obra de Maria Carolina de Jesus estava sendo escrita, o Brasil passava por um momento de transição. Durante a leitura de todo o livro é possível notar que a autora estava vivendo sob as consequências ocasionadas por diversos fatores históricos, sendo estes de natureza econômica, política, social e que de forma significativa marcaram o período, a história do país e das pessoas que vivenciaram este momento.

O livro é escrito na forma de diário, e por meio dos relatos contidos, é possível notar que o contexto histórico sob o qual a obra foi produzida, teve grande influência em seu conteúdo. Para que o texto possa ser bem compreendido Antônio Candido (2006) afirma que “é necessário fundir texto e contexto”, mediante a ideia do referido autor entende-se que a análise eficaz do livro deve ser relacionada com os aspectos do período em que o mesmo foi produzido não desprezando a forma da obra em si e nem desconsiderando o externo a mesma.

Sendo assim, cabe salientar que na época em que a texto foi escrito (1955-1960) consolidou-se o processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Ao observar grandes fatos ocorridos nas três décadas anteriores ao lançamento do livro, e buscando analisar a história de forma integrada é possível notar que o processo de industrialização nacional consolidou-se nesses trinta anos, segundo Pereira (1968), durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945); foi nesse momento que a indústria brasileira ganhou um grande impulso, pois, Vargas teve como um dos principais objetivos efetivar a industrialização do país, privilegiando as indústrias nacionais para não deixar que o país caísse em dependência externa, sendo que a oportunidade econômica para os investimentos industriais foram proporcionadas simultaneamente pela Revolução de 30 e pela depressão econômica mundial de 29.

A autora, que migrou para São Paulo almejando novas oportunidades de vida e trabalho encontrou uma forma de sobrevivência extremamente difícil:

Não havia papel nas ruas. Passei no frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragadas[...]. Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de leão. Então recorro ao lixo. (JESUS, 1993, p.83)

Além da questão do processo de urbanização sem nenhuma estrutura, outro fator que também explica as mazelas vividas pelos grupos mal incluídos é que mesmo depois da abolição da escravidão, a realidade dos negros não mudou muito, porque a população negra e

marginalizada foi entregue à própria sorte, sem nenhuma proposta de inclusão na sociedade. Houve uma concentração dessa população nos bairros periféricos, dos grandes centros urbanos. Sendo que os maiores índices de desemprego, de baixa escolaridade, analfabetismo estavam e estão até o presente momento concentrados nas regiões periféricas que são compostas em sua grande maioria por negros. Então, a situação da população negra no Brasil era de total descaso, em estado de marginalidade, como cita Carolina:

11 de agosto. Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 1993, p. 96)

A trajetória da Carolina Maria de Jesus no seu dia-a-dia, em sua busca por trabalho, na luta pela sobrevivência é sem dúvida uma representação da realidade de centenas de pessoas que vinham para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida, trabalhando como catadora de lixo pelas ruas de São Paulo, Carolina relata em seu diário com muita propriedade a dura realidade que foi a peleja para conseguir se alimentar e alimentar os filhos,

30 de maio. Peguei a Vera e saímos. Ia pensando, será que Deus vai ter pena de mim? Será que eu arranjo dinheiro hoje? Será que Deus sabe que existe as favelas e que os favelados passam fome? (JESUS, 1993, p. 42)

Em outro trecho, desabafa a autora:

14 de junho. Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. [...] Ajeitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e sai. (JESUS, 1993, p. 55).

Durante a leitura de todo o diário é possível notar uma queixa infundável por conta do custo de vida, logo ao iniciar o primeiro parágrafo do livro Carolina redige de forma comovente essa dura realidade:

15 de julho de 1995, aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 1993, p. 09).

No trecho do diário citado abaixo Carolina registra de forma amarga a falta de esperança por melhores condições de vida, como se a ascensão de classe social fosse algo que

pudesse ocorrer apenas em sonhos. A narrativa evidencia pontos altos de alegria que se mesclam com picos de tristeza e depressão, na desesperança por se sentir impotente e derrotada. A fome é sem dúvida a base do seu discurso, que se manifesta carregado de amargura e pessimismo em relação ao futuro e as incertezas sobre a própria sobrevivência.

21 de maio de 1958. Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa, e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do rio Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha. (JESUS, 1993, p. 35).

No que se refere à educação nesse período, até os anos 30 o Brasil teve um sistema de segurança educacional, cujo ensino primário era gratuito, mas de oportunidades reduzidas, o ensino secundário pago, para servir de impedimento a qualquer desejo generalizado de ascensão social, e um ensino superior gratuito de caráter extremamente ineficiente. Em 1946, após da ditadura varguista consolidou-se a necessidade de adesão de uma nova Constituição, paramentada pelo espírito liberal e democrático de seu discurso, onde se buscava assegurar a liberdade de pensamento.

Com essa abertura liberal democrática a constituição de 1946, no que diz respeito, ao sistema educacional se aproxima muito do que havia sido propagado pelos pioneiros na década de 30, sendo que esses pensadores zelavam pela a educação pública, a escola única, a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação.

Os pioneiros defendiam educação pública como responsabilidade do Estado, que consequentemente serviria de pano de fundo para as perspectivas de uma escola única, ou seja, se a educação é para todos, então, as classes populares não beneficiadas pelas escolas privadas, teriam uma escola comum às instituições privadas e assim de forma igualitária. A defesa da laicidade está relacionada a uma luta travada contra o ensino religioso, predominante no Brasil em boa parte das escolas existentes, pelo respeito à personalidade que se forma dentro da escola, longe de confrontos religiosos e desrespeito pela presença ou não de crenças. Segundo o Manifesto, a gratuidade é dependente da obrigatoriedade, pois, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório e igual para todos se este não for gratuito e atender a todos os níveis econômicos e sociais presentes na nação.

Este período foi marcado por uma luta travada, segundo Romanelli (2003), nenhum

outro projeto foi tão debatido e sofreu tantos impasses, quanto este. A referida autora ainda aponta os resultados negativos e positivos desta luta em torno do projeto:

Os resultados podem ser classificados em duas ordens: os relacionados com o produto final obtido com a promulgação da lei, os quais, a nosso ver, foram negativos para a evolução do sistema educacional brasileiro, e os relacionados com a própria luta, em si mesma, a que antecedeu a promulgação da lei. Estes resultados, sim, foram altamente positivos, pois revelaram, entre outros aspectos, da parte dos educadores da velha geração de 30, agora acompanhados pelos da nova geração, uma disposição firme para a continuidade da luta iniciada duas décadas antes, mais interrompida durante o intervalo ditatorial. (ROMANELLI, 2003, p. 171-172)

No período em que debatiam o projeto (1948-1961), prevaleceu à orientação político-educacional voltada para o sistema capitalista, onde se intencionava a preparação de um maior número de mão-de-obra para as novas funções abertas pelo mercado, sendo assim, fica também explicitado que tal orientação não visava contribuir diretamente para a solucionar a dicotomia entre trabalho intelectual e manual.

Uma vez que o trabalho braçal se destinava as “classes menos favorecidas”, o objetivo da educação era alcançar uma mão-de-obra qualificada de origem social predeterminada, qualificação essa que não garantia a ascensão social e sim uma melhora dentro do próprio grupo.

Na década de 50 muitas ações e campanhas foram criadas no intuito de alfabetizar jovens e adultos, em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. Em 1958, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão. Foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor.

Ainda nos anos 50, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida.

No entanto, em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes, pois em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos.

O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica, todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

A implantação de um Estado autoritário teve como consequência algumas transformações na área educacional. Instalou-se a educação tecnicista, atendendo às necessidades advindas com a crescente industrialização, fruto da influência do capital estrangeiro.

Infância e educação conforme Carolina de Jesus:

A obra *Quarto de despejo* traz por meio dos relatos uma visão singular da educação por parte da autora, e especificamente da educação moral de seus filhos. No diário, Carolina demonstrava uma preocupação constante com questões religiosas, com bons costumes, acreditava em um modelo de lar ideal, atribuiu prioridade ao acesso à educação formal dos filhos.

Mesmo a autora não considerando sua condição de vida digna, se mostrava preocupada em fornecer educação moral aos seus filhos, acreditava que formando a moralidade nos filhos poderia afastá-los do caminho turvo dos vícios, das drogas, da delinquência e da violência,

17 de julho de 1955. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. Eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente. (JESUS, 1993, p. 10).

Preocupação que também é fortemente explicitada no trecho a seguir:

09 de julho de 1956. O dia está triste a minha alma. Deixei o João fechado estudando. Disse-lhe que o homem que erra está vacinado na opinião pública. O que eu observo é que os que vivem na favela não podem esperar boa coisa do ambiente. São os adultos que contribuem para delinquir os menores. Temos os professores de escândalos: A Leila, a Meiry, a Pitita e a Deolinda. (JESUS, 1993, p. 79).

Londoño (1998), ao explicar a origem do conceito de *menor* utilizada a partir dos anos 20 se referia à criança que vivia em situação de abandono e marginalidade, o autor expõe a ideia que os juristas do período diziam para explicar a grande quantidade de crianças infratores na cidade de São Paulo:

São os pais de família, que cedendo aos vícios (álcool, jogo, vadiagem), não exercem sua autoridade e acabam corrompendo os filhos, são as mulheres, que aceitando as propostas indecorosas dos homens e trazendo ao mundo filhos sem pai, estão minando as bases que garantem “a ordem moral da

sociedade”. (LONDOÑO, 1998, p. 137).

O pensamento de Carolina, no que diz respeito, a colaboração dos adultos com atitudes de mau exemplo e a falta de moral para corromper a formação das crianças vai ao encontro com o que os juristas do período diziam para explicar a grande quantidade de crianças infratores na cidade de São Paulo.

A autora era inconformada com as cenas que os filhos presenciavam, o que nos possibilita afirmar que, ela acreditava que as crianças eram observadoras e capazes ler e interpretar a realidade que as cercavam, mas que todos os “maus exemplos” vivenciados por seus filhos poderiam corromper suas personalidades, ou seja, ela tinha a ideia de que toda a educação fornecida por ela poderia ser anulada pela divergência entre sua fala e os exemplos vistos por eles.

Anete Abramowicz (2011), em seu texto “A criança e a cidade” escreve sobre o processo de autoria social da criança, afirma que no período da infância muitos aspectos são inscritos em suas histórias por influência do meio social onde vivencia suas experiências, no entanto, ressalta que a criança também é singular e única, Carolina mesmo que de forma indireta, reconhece a questão de que por meio da educação formal e não formal (oferecida pela escola e pela família, pela religião, etc.), das condições socioculturais e econômicas pode-se inscrever muitas coisas nas crianças, e a todo o momento se sentia responsável pela tarefa de inscrever aspectos moral na personalidade dos filhos, a autora possui uma visão de respeito com para com as crianças:

18 de julho de 1955. Veio a D. Silvia reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal educados. Mas eu não encontro defeito nas crianças. Nem nos meus nem nos dela. Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis. [...] Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter. (JESUS, 1993, p. 13).

Por meio dos relatos de Carolina, percebemos que a autora tinha ideia de que um autêntico desenvolvimento só poderia ser completo se incluíssem a educação moral, e que devido sua falta, multiplicam-se os cenários contrários o bom desenvolvimento da sociedade. A escritora não tinha tempo e condições para dedicar-se ao lar e a educação dos filhos, ela nem se quer considerava o barraco onde morava um lar, o alimento era uma preocupação constante, o barulho da comida fritando na panela soava como música aos seus ouvidos, no entanto ela tinha uma ideia de lar ideal: “20 de julho de 1955. Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar”. (JESUS, 1993, p. 19).

Ainda que Carolina se desdobrasse para garantir o alimento, a educação moral e formal dos filhos sentia as dificuldades de exercer o papel de mãe e pai, em alguns momentos ela mencionava as dificuldades que uma mulher sem homem enfrentava, mas também tinha revolta contra o sexo masculino,

19 de julho de 1955. Há casa tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmolas. Há as que os esposos adoecem e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais. (JESUS, 1993, p. 35).

A família é considerada uma instituição muito importante de nossa sociedade, no que diz respeito, a educação das crianças e na formação para o exercício da cidadania, ela é percebida como lugar afetivo e de relações indispensáveis à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertencimento de um campo relacional impulsor de relações incluídas na própria vida em sociedade.

Entretanto, esta instituição tem sofrido grandes mudanças em sua organização ao longo do tempo, sendo a sociedade dinâmica e estando em constante transformação, assim também é a estrutura familiar, que não é estática e sente os impactos desta mudança da sociedade.

Frente a estas novas mudanças, a estrutura familiar monoparental – família formada por um só chefe de família - vem crescendo substancialmente em nossa sociedade, mediante aos acontecimentos da vida Carolina tinha uma estrutura familiar monoparental, ficou sozinha no cuidado dos filhos.

Jacquet (2009), em um estudo que tem como objetivo, evidenciar a especificidade da socialização familiar, nas famílias recompostas após divórcio ou separação, aponta algumas abordagens desenvolvidas no campo das Ciências Sociais para compreender a origem das práticas educativas familiares. A primeira abordagem analisada pelo autor defende que a classe social a qual os pais pertence é o princípio explicativo básico, o referido autor cita Bernstein, para exemplificar essa ideia “com certeza, do ponto de vista sociológico, é a classe social que determina mais profundamente as formas de socialização”, sendo que com essa visão o autor reforça a ideia de que as famílias de classe média realizam uma educação com foco na autonomia, na liberdade e no respeito para com a criança, já a classe operária seria aquela que trata a criança com autoridade e rigor. Essa abordagem vai na contramão com todos os aspectos da educação que Carolina proporcionava aos filhos, mesmo a autora pertencendo a classe social pobre, não tendo uma família tradicional/nuclear, demonstrava

respeito para com as crianças e preocupação em formá-los para exercer cidadania de forma honesta e viver com autonomia.

Uma segunda abordagem apresentada por Jacquet (2009) defende a ideia de que,

As práticas educativas são apenas o resultado da interiorização pelas famílias de suas condições objetivas de existência. Consideram que o meio social não é um indicador satisfatório para explicar os modelos e as práticas de educação familiar e que convém levar em conta as maneiras como as famílias ocupam sua posição social; estas maneiras dependem do sistema de valores políticos, religiosos e éticos das famílias. (JACQUET, 2009, p. 313).

Carolina se mostra uma mulher educada e que se preocupava com a educação de seus filhos; embora não tenha estudado muito tempo na escola formal, relata que se preocupou em formar seu caráter, ser uma pessoa de bem:

Eu nada tenho que dizer de minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as condições da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou o meu caráter, ensinando-me a gostar dos humildes e dos fracos. (JESUS, 1993, p. 43-44).

No entanto, explicar as práticas educativas exclusivamente por meio da classe social a qual os pais pertencem é uma análise preconceituosa, pois relacionam pobreza, com falta de capacidade e valores, é como se toda a classe operária não possuísse valores e educação para socializar os filhos da forma esperada pela sociedade e tão pouco transmitir a moral para as crianças. No caso de Carolina, fica bastante explícito que a educação não formal foi uma das formas de acesso à conhecimentos e condutas não menos importantes e interessantes daqueles aprendidos nos bancos escolares. Nesse sentido, é válido retomar a ideia da Sociologia da Infância produzida na atualidade, que transcende a análise das crianças e da educação para fora dos bancos escolares.

Considerações finais

Considerando o viés social da obra analisada, e pensando a partir do texto Antonio Candido (2006) onde ele afirma que, para uma compreensão eficaz da obra literária é necessário fundir texto e contexto, foi que podemos analisar o livro apresentado, e perceber elementos que nos possibilita afirmar que, a infância não é uma só, ou seja, as crianças não vivem a infância de forma homogênea ou uniforme em nenhum dos seus aspectos – econômico, social, cultural, lúdico, alimentar – e que a educação é um processo formativo integral, que não ocorre somente na escola.

Ao realizarmos uma releitura da obra de Carolina Maria de Jesus, percebemos a

infância e a educação representadas de maneiras diferentes, notamos a interferência direta do contexto histórico e social marcando as formas pelas quais as duas esferas são vivenciadas, vistas e representadas, sobretudo, a educação sendo realizada fora do espaço escolar.

A literatura foi usada pela autora como arma de defesa contra a violência, a fome, as injustiças sociais, os preconceitos, nesse sentido, Antonio Candido (1995) em seu texto *O direito à literatura* afirma que “[...] a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo possibilidades de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 1995, p. 161), sendo assim, o autor defende que o acesso à literatura é um dos direitos humanos fundamentais do indivíduo e nega que esse acesso seja exclusivo das elites.

Carolina Maria de Jesus é uma mulher pobre, sem acesso adequado aos sistemas educacionais propostos pela sociedade, fez da literatura uma forma para manifestar suas emoções e expressar sua visão de mundo, trazendo em seus relatos as vozes de tantas outras pessoas que vivenciavam as mesmas condições de vida relatada por ela.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011 (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

BRESSER-PEREIRA, Luis, Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930 1967**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In **Educação e sociologia**. Melhoramentos: São Paulo, 1955.

JACQUET, Christine. **Socialização das crianças e diversificação dos arranjos familiares**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-14.pdf>
Acesso em: 07/08/2016.

JESUS. Carolina. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. Em: PRIORI, Mary Dey. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 129-145.

PERES, Elena Pájaro. **Poética de resíduos**. Ed. 231. Maio/2015. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/06/24/poetica-da-diaspora/>
Acesso em: 18/05/2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.